

Superior Tribunal de Justiça

RCD no HABEAS CORPUS Nº 530.113 - PR (2019/0257557-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
REQUERENTE : VALDIR CORREA (PRESO)
ADVOGADO : MESSIAS ANTONIO DA ROSA - PR095070
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

O **impetrante**, por meio da petição de fls. 125-127, requer a reconsideração da decisão de fls. 94-96, por meio da qual indeferi o pedido liminar.

A defesa reitera a alegação de ilegalidade da custódia preventiva, discorrendo sobre os elementos de convicção que comprovariam a tese escusatória.

Requer a reconsideração da decisão, para a concessão de liberdade provisória ou a substituição da prisão por medidas cautelares diversas.

Decido.

Não há motivos para modificar a decisão impugnada.

Conforme explicitado na decisão inicial, o Tribunal estadual manteve a custódia preventiva porque "**o paciente foi preso após denúncias indicando que estaria realizando o tráfico de drogas em sua residência, sendo encontrado no local 15 (quinze) buchas de cocaína. Além disso, a magistrada de primeiro grau destacou o, em tese, *modus operandi* empregado pelo agente, porquanto estaria utilizando adolescentes para realizar o repasse dos estupefacientes.**" (fls. 43-44, grifei).

Assim, em que pesem os argumentos aduzidos pelo impetrante, em um juízo de cognição sumária – inerente a esta fase processual –, não vislumbro a ocorrência de ilegalidade manifesta a justificar a concessão da cautela extrema, dada a motivação embasada na garantia da ordem pública.

A questão será melhor avaliada, após a apresentação das informações pelas instâncias antecedentes e da manifestação do Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

À vista do exposto, **indefiro o pedido de reconsideração.**

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

